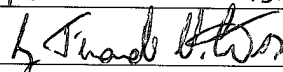
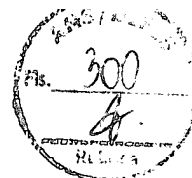


Gerência/Diretoria: DIFIS

Protocolo nº 33902. 303842 /2015-09

Data: 09/04/2015 Hora: 15:00

Assinatura: 



**Nota Técnica nº 03 /2015/GGAAC/DIRAD/DIFIS/ANS**

<b>Interessado:</b> ANS	<b>Processo nº</b>
<b>Assunto:</b> Configuração da infração tipificada no art. 82 RN nº 124/2006, que trata da suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual, conforme previsto no inciso II do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, especificamente quanto à regularidade da notificação a ser enviada pela operadora de plano de assistência à saúde ao beneficiário no quinquagésimo dia de inadimplência.	<b>33902.013642/2015-59</b>

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com o escopo de consubstanciar os atos tomados no bojo da Câmara Técnica, formalizada para recolher sugestões e contribuições relevantes sobre a configuração da infração tipificada no art. 82 da Resolução Normativa - RN nº 124/2006, que trata da suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual, conforme previsto no inciso II do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, especificamente quanto à regularidade da notificação a ser enviada pela Operadora de plano de assistência à saúde ao beneficiário até o quinquagésimo dia de inadimplência.

2. Nesse contexto, ultimadas as providências previstas no Regimento Interno de fls. 03/06, foi elaborada a Nota nº 02/2015/GGFIS/DIFIS/ANS, de fls. 258/268, pelo presidente da Câmara Técnica, apresentando as contribuições recebidas dos participantes, bem como propondo a edição de Súmula Normativa, consolidando a interpretação a ser dada ao art. 82 da RN nº 124/2006.

3. Ato contínuo, em observância às disposições da Resolução Administrativa – RA nº 49, de 13 de abril de 2012, o processo foi remetido à Procuradoria Federal junto à ANS – PROGE, para elaboração de parecer jurídico sobre o ato normativo proposto.



4. Como resultado da análise promovida pela Procuradoria Geral junto à ANS - PROGE, sobre a proposta de Súmula Normativa mencionada, foram proferidos o Parecer nº 00037/2015/GECOS/PFANS/PGF/AGU (fls. 274/285) e o Parecer nº 00038/2015/GECOS/PFANS/PGF/AGU (fls. 286/296).

5. Por conseguinte, serve a presente Nota para apreciar os apontamentos consignados pela PROGE, por intermédio dos Pareceres citados no parágrafo anterior. Consequentemente, serão expostos os argumentos que fundamentaram a aceitação, ou não, de cada uma das considerações, promovendo as adequações que se fizerem necessárias, a fim de se construir uma versão final do ato normativo a ser submetido à aprovação da Diretoria Colegiada da ANS – DICOL.

#### **I – DAS CONSIDERAÇÕES DO PARECER nº 00038/2015/GECOS/PFANS/PGF/AGU:**

6. O Parecer em comento apresentou uma análise quanto à sugestão de elaboração de Súmula Normativa, proposta na Nota nº 02/2015/GGFIS/DIFIS/ANS, como resultado da Câmara Técnica, instaurada para definir a configuração da infração tipificada no art. 82, da RN nº 124/2006.

##### **A) Análise do item 1 da proposta original (Nota nº 02/2015/GGFIS/DIFIS/ANS):**

• **Subitem número 1 do item 1:** Recomendação para que a ANS retire dessa parte o número de registro, pois haveria uma inovação, não podendo ser objeto de Súmula Normativa. A Operadora não poderia ser punida por ter deixado de fazer constar o seu número de registro, sem que antes houvesse uma regulamentação nesse sentido.

Sugestão acatada pela DIFIS. Essa informação foi retirada da proposta de Súmula Normativa.

• **Subitem número 2 do item 1:** Sem recomendações. Redação mantida.

- **Subitem número 3 do item 1:** Sem recomendações. Redação mantida.
- **Subitem número 4 do item 1:** Ponderações quanto à possibilidade desse item ser objeto de Súmula Normativa.

Sugestões acatadas pela DIFIS. O valor exato e atualizado do débito representa uma informação indispensável. Inclusive, os preceitos do Código de Defesa do Consumidor – CDC, dentre eles, os princípios da transparência, da informação e da vulnerabilidade do consumidor, vem reforçar a necessidade de que conste essa informação. Constatase não haver inovação e sim interpretação dos dispositivos legais vigentes.

- **Subitem número 5 do item 1:** Recomendação de alteração da redação proposta, de modo a deixá-la mais clara.

Sugestão acatada em parte pela DIFIS. Restou evidenciado que a redação já possuía a clareza e objetividade necessárias para sua total compreensão.

- **Subitem número 6 do item 1:** Ponderações quanto à possibilidade desse item ser objeto de Súmula Normativa.

Sugestões acatadas pela DIFIS. Constatase não haver inovação e sim interpretação dos dispositivos legais vigentes. A presença de tais elementos converge para o atendimento ao princípio da informação inserido no CDC e observa o previsto no art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9.656/98. Verifica-se não haver inovação e sim interpretação dos dispositivos legais vigentes.

- **Subitem número 7 do item 1:** Recomendação de alteração do texto proposto, de modo a tornar este subitem mais enxuto e objetivo, de modo a evitar qualquer tipo de confusão ou constrangimento para o consumidor. Também foi sugerida a inclusão de um item 2, imediatamente subsequente, contendo mais especificações.

Sugestão acatada pela DIFIS. O texto foi adequado conforme as orientações da PROGE, passando a haver um subitem 1.7 e a inclusão de um item 2.

**B) Análise do item 2, 4 e 5 da proposta original (Nota nº 02/2015/GGFIS/DIFIS/ANS):**

Nesse ponto foram feitas uma série de observações pelo órgão consultivo no sentido de que a opção pela Súmula Normativa não seria o instrumento mais adequado para regulamentar a matéria, eis que, flagrantemente, a Agência estaria inovando em termos de regulação, criando meios inéditos de notificação de beneficiários.

Além disso, a PROGE aduz claramente, nos parágrafos 108, 111 e 118 a 123, do Parecer 00038/2015/GECOS/PFANS/PGF/AGU que a Súmula não constitui meio apropriado para regulamentação de questões, sendo apenas um mecanismo de consolidação interpretativa da normatização já existente. E mais, afirma expressamente que a Agência não possuirá mecanismos efetivos para punir as operadoras no caso de descumprimento.

Portanto, seria necessário que a ANS abordasse a questão como um todo, de modo a não proferir orientações incompletas, sendo fundamental a edição de uma Resolução Normativa específica para tratar devidamente sobre o tema. Frise-se que as determinações não possuiriam efetividade, pois a ANS não teria meios coercitivos para impor o que foi determinado, não podendo aplicar penalidades.

Sugestão acatada pela DIFIS. Os referidos itens previstos na proposta original foram retirados da minuta de Súmula Normativa.

**C) Análise do item 3 da proposta original:**

Não foi realizada uma análise específica quanto a este item pela Procuradoria, sendo mantida a redação originalmente proposta na Nota nº 02/2015/GGFIS/DIFIS/ANS.

**D) Análise do item 6 da proposta original:**

A PROGE efetuou uma série de ponderações quanto à possibilidade de notificação por edital, sugerindo o fracionamento do item originalmente proposto e deixando claro que a identificação do consumidor, com a publicação do seu nome, viola o art. 42 do CDC.

Sugestões acatadas pela DIFIS. Foi efetuado o detalhamento especificado pelo órgão consultivo, sendo o referido item subdividido em subitens e alíneas.

**E) Análise dos itens 7 e 8 da proposta original:**

A Procuradoria fez pequenas observações quanto a estes itens, de forma a tornar o texto mais adequado a tudo que foi exposto. Destaca-se que o item 8 teve sua redação original mantida.

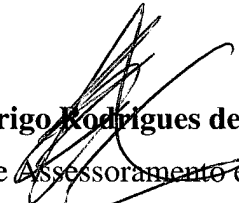
Sugestão acatada pela DIFIS. O texto teve sua redação alterada conforme as orientações do órgão consultivo.

**II – DA CONCLUSÃO:**

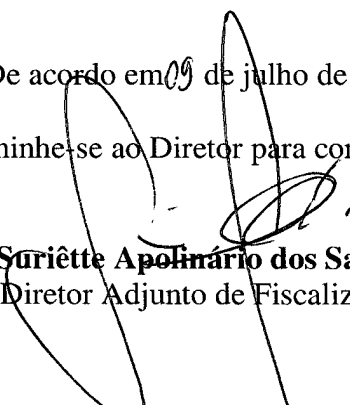
7. Ante o exposto, constata-se que foram abordados todos os mais relevantes aspectos apontados pela PROGE para adequação da presente minuta de Súmula Normativa aos ditames legais, bem assim às características e práticas já adotadas nesta ANS, constatando-se que todas as sugestões de redação apresentadas no Parecer nº 00038/2015/GECOS/PFANS/PGF/AGU foram acatadas.

8. Por derradeiro, encaminhem-se os presentes autos à SEGER, para a adoção das providências sugeridas e posterior prosseguimento.
9. São essas as considerações.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015.

  
**Rodrigo Rodrigues de Aguiar**  
Gerente Geral de Assessoramento e Ajuste de Conduta

De acordo em 09 de julho de 2015.  
Encaminhe-se ao Diretor para consideração.

  
**Suriêtte Apolinário dos Santos**  
Diretor Adjunto de Fiscalização

De acordo em 09 de julho de 2015.  
À COADC para providências.

  
**SIMONE SANCHES FREIRE**  
Diretora de Fiscalização